

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

## Guerras Civis: Um Balanço da Literatura Quantitativa

Danilo Freire\*

### Resumo

O objetivo do presente artigo é apresentar uma revisão da literatura quantitativa sobre as guerras civis. Embora ainda não exista um modelo geral para explicar as guerras civis, algumas variáveis mostram-se significativas em um grande número de estudos empíricos, e elas serão discutidas em detalhes neste trabalho.

**Palavras-chave:** Guerra Civil, Revisão de Literatura, Política Comparada, Métodos Quantitativos, Análise Estatística.

### Abstract

This article aims at presenting a review of the quantitative literature on civil wars. Although a general model for civil wars has not been yet formulated, some variables are significant in a vast number of empirical studies, and they are going to be discussed in detail in this work.

**Keywords:** Civil War, Literature Review, Comparative Politics, Quantitative Methods, Statistical Analysis.

\* Danilo Freire é mestrando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Este artigo é baseado no segundo capítulo da dissertação "Entre Urnas e Armas: A Competitividade do Poder Executivo e as Guerras Civis, 1976-2000". E-mail para contato: danilofreire@gmail.com  
Recebido para Publicação em 04/10/2011. Aprovado para publicação em 27/06/2012.

## Introdução

A guerra civil é uma das formas de violência mais importantes da atualidade. Os conflitos internos nos países da África Subsaariana e os recentes levantes no Mundo Árabe tem chamado a atenção para a importância de entendermos as dinâmicas e processos das guerras civis. Apesar de seu estudo já possui certa tradição no exterior, as guerras civis ainda são pouco estudadas pelos pesquisadores brasileiros. Neste trabalho visamos preencher parte desta lacuna. O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão da literatura quantitativa sobre as guerras civis<sup>1</sup>. Embora ainda não exista um modelo geral para os conflitos internos, alguns elementos mostram-se significativos em um grande número de estudos empíricos<sup>2</sup>, merecendo, portanto, uma discussão mais detalhada a seu respeito. A fim de facilitar sua exposição, as variáveis foram aqui classificadas em *demográficas*, *geográficas*, *econômicas*, *históricas* e *políticas*<sup>3</sup>, e serão apresentadas nesta ordem.

## As Variáveis Demográficas

Um dos principais elementos a fomentar uma guerra civil, de acordo com a literatura recente, é a presença de uma *grande população nacional*. Com efeito, não é difícil imaginar que a existência de um grande contingente demográfico seja capaz de gerar graves tensões sociais. Os motivos são diversos. Pode-se imaginar,

<sup>1</sup> No presente texto, usaremos os termos “guerra civil”, “conflito civil”, “conflito interno”, “guerra doméstica” e derivados como sinônimos.

<sup>2</sup> Gates, 2002; Mack, 2002, p. 519; Hegre & Sambanis, 2006; Dixon, 2009, p. 720; Blattman & Miguel, 2010.

<sup>3</sup> A divisão é pessoal, mas foi baseada nas compilações de: Zimerman, 2008, p. 49-88, Dixon, 2009, p. 708-721 e Hegre & Sambanis, 2006.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

por exemplo, que caso muitas pessoas habitem o mesmo território haveria uma forte pressão sobre recursos naturais escassos, como terra cultivável ou água potável, e isso poderia desencadear um conflito civil<sup>4</sup>. É também razoável afirmar que, na presença de uma vasta população, é preciso que o governo mantenha um número elevado de agentes públicos para preservar a ordem social, sob o risco de áreas periféricas caírem nas mãos de grupos independentes; contudo, como nem sempre tais recursos humanos são abundantes em todas as áreas de um estado, certas regiões podem encontrar facilidades para articular um levante. Ademais, por uma questão puramente numérica, uma grande população pode fornecer uma ampla oferta de potenciais recrutas para um movimento insurgente<sup>5</sup> um elemento que certamente favorece o surgimento (e a expansão) dessas organizações. As pesquisas empíricas, de fato, têm comprovado a existência de uma forte relação entre tamanho de população e guerras civis, sendo esta uma das variáveis mais robustas nos modelos estatísticos atuais<sup>6</sup>. De acordo com os dados, nações populosas geralmente enfrentam mais guerras civis do que estados pouco povoados, e *“um país com uma população de 10 milhões de habitantes possui um risco cerca de duas vezes maior [de uma guerra civil] do que um país de um milhão de habitantes”*<sup>7</sup>. Dessa forma, embora a relação não seja proporcional, tudo indica que a chance de um conflito aumenta conforme o tamanho da população.

Uma das hipóteses sugeridas por alguns pesquisadores é a de que um *crescimento populacional exacerbado* pode gerar conflitos internos. De acordo com Gunnar

<sup>4</sup> Homer-Dixon & Blitt, 1998, p. 2 *apud* Urdal, 2005, p. 420.

<sup>5</sup> Fearon & Laitin, 2003, p. 83.

<sup>6</sup> Collier & Hoeffler, 1999, p. 13; Collier & Hoeffler, 2004, p. 573; Sambanis, 2001, p. 273; Fearon & Laitin, 2003, p. 84; Hegre & Sambanis, 2006, p. 526; Dixon, 2009, p. 720; Brückner, 2010. Muitos desses textos são também mencionados no artigo de Dixon (2009, p. 709), que traz uma boa compilação bibliográfica sobre os estudos quantitativos de guerras civis e será utilizado muitas vezes neste artigo.

<sup>7</sup> Hegre & Raleigh, 2009, p. 224.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Heinsohn<sup>8</sup>, um rápido aumento da população nacional criaria uma perigosa “bolha de jovens” [*youth bulge*], e este um contingente estaria facilmente disposto a adentrar em organizações criminosas e demais grupos violentos<sup>9</sup>. Tais jovens formariam, segundo o autor, uma espécie de “demografia do ódio”<sup>10</sup>, um “reservatório infinito” de extremistas prontos para serem mobilizados. Dessa forma, diz Heinsohn, não parece fortuito o fato dos países do Oriente Médio e da África Subsaariana passarem por vários tipos de turbulência política: como tais povos estão precisamente em meio a essa mudança demográfica, isso explicaria os muitos ataques terroristas e conflitos civis ocorridos em tais regiões<sup>11</sup>. Embora as idéias de Heinsohn tenham arregimentado alguns seguidores ilustres, como Jack Goldstone e Samuel Huntington<sup>12</sup>, e recebido algum suporte empírico<sup>13</sup>, a maioria dos estudos quantitativos não comprova sua importância para explicar o surgimento das guerras civis<sup>14</sup>. Mesmo os autores que encontraram uma relação entre a ‘bolha de jovens’ e conflitos domésticos afirmam-na de modo cauteloso. Urdal<sup>15</sup>, por exemplo, aponta que o efeito da ‘bolha de jovens’ é particularmente grave quando combinado com uma situação de estagnação econômica, e não foi

<sup>8</sup> Heinsohn (2006 [2003]).

<sup>9</sup> Essa medida, quando tomada estatisticamente, em geral representa a proporção de jovens do sexo masculino, de 15 a 25 ou 29 anos, perante a população adulta (Urdal, 2004). Segundo o autor, a utilização de medidas diferentes para quantificar o ‘youth bulge’, como comparar o grupo de jovens com a população total (feito por Collier & Hoeffler, 2004) é a razão pela qual os resultados das análises mostram-se distintos entre si.

<sup>10</sup> Heinsohn, 2007.

<sup>11</sup> Heinsohn, 2007.

<sup>12</sup> Huntington argumenta que parte do extremismo islâmico pode ser explicado pelo excesso de jovens nos países muçulmanos. Em seu famoso *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (1997, p. 118), pode-se ler a seguinte passagem: “Em muitos países muçulmanos, o pico da bolha de jovens [*youth bulge*] ocorreu nos anos 1970 e 1980; em outros o pico ocorrerá no próximo século [o XXI]. [...] Esses jovens fornecem os recrutas para as organizações islamistas e os movimentos políticos. Talvez não seja totalmente coincidência que a proporção de jovens na população iraniana subiu drasticamente nos anos 1970, atingindo 20% na última metade da década, e que a revolução tenha ocorrido em 1979 ou que este ponto foi atingido na Argélia no começo dos anos 1990, bem quando o FIS [Front Islamique de Salut – Frente Islâmica de Salvação] argelino estava ganhando apoio popular e ganhando vitórias eleitorais”. Vale lembrar que os primeiros trabalhos de Heinsohn a mencionar essa tese datam do começo da década de 1990.

<sup>13</sup> Urdal, 2004; Thayer, 2009.

<sup>14</sup> Collier & Hoeffler, 2004, p. 587; Urdal & Hoelscher, 2009; Dixon, 2009, p. 709; Fearon, 2010, p. 15

<sup>15</sup> Urdal, 2004.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

capaz de detectar um “nível crítico” de jovens que torne determinado país mais perigoso; Bradley Thayer, por sua vez, escreve que “[...] *seria forte demais dizer que [a presença de] bolhas de jovens ou países que estão passando por transições demográficas causam guerras civis*”<sup>16</sup>, já que vários outros fatores podem influenciar, talvez decisivamente, a incidência de um conflito doméstico. É provável que os efeitos da ‘bolha de jovens’ não sejam causados pela existência deste contingente populacional *per se*, mas, como sugerido por Collier e Hoeffler<sup>17</sup>, estejam ligados às poucas oportunidades oferecidas a esta parcela da sociedade, fazendo com que os custos de rebelião para este grupo sejam significativamente reduzidos. O problema, assim, não seria causado pelas variáveis demográficas, mas sobretudo por razões econômicas.

Um dos pontos mais importantes da discussão sobre as variáveis populacionais é a questão da *diversidade étnico-cultural* dentro de um território. Com efeito, a relevância da heterogeneidade étnica ou cultural para as guerras civis é hoje um dos temas mais polêmicos desta área de estudos, com um grande número de textos trazendo argumentos distintos e chegando a conclusões muitas vezes contraditórias. De início, colocam-se dois problemas na análise da heterogeneidade demográfica nas guerras civis: por um lado, os pesquisadores são temerosos em defender resultados que possam, mesmo que indiretamente, ser tidos como justificativas para políticas de limpeza étnica ou outros tratamentos prejudiciais às minorias<sup>18</sup> e, por outro, existem grandes dificuldades técnicas para se mensurar diferenças culturais, muitas delas impostas pelo caráter mutável deste objeto, o que dificulta a operacionalização e comparação das variáveis empíricas. Um desses obstáculos é a própria noção de *etnicidade*,

---

<sup>16</sup> Thayer, 2009, p. 3088.

<sup>17</sup> Collier & Hoeffler, 2004.

<sup>18</sup> Dixon, 2009, p. 710.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

bastante controversa nas ciências humanas. Nos trabalhos de guerras civis, a etnicidade é vista em termos mais práticos, como uma variável independente fornecida pelo *Ethnolinguistic Fractionalization Index* (ELF), um índice construído por pesquisadores soviéticos nos anos 1960 e publicados no *Atlas Narodov Mira* [Атлас народов мира] (1964)<sup>19</sup> que mostra a possibilidade de duas pessoas selecionadas ao acaso vierem a pertencer a etnias diferentes<sup>20</sup>. Por sua facilidade de uso e ampla cobertura – seus dados mostram 910 grupos étnicos em 129 países –, o ELF é o indicador mais utilizado nas análises estatísticas<sup>21</sup>. Seus problemas, todavia, são bastante conhecidos: primeiramente, os dados possuem quase cinco décadas e apresentam alguns erros etnográficos notórios, como o fato de Ruanda, por exemplo, um país marcado por um genocídio feito em linhas étnicas (hutus contra tutsis), ser descrito como um país “eticamente homogêneo”<sup>22</sup>; em segundo lugar, não há uma descrição adequada dos procedimentos metodológicos utilizados na construção do ELF<sup>23</sup>, o que torna praticamente impossível a tarefa de atualizar ou corrigir seus dados; e, ademais, ao resumir todas as diferenças culturais em uma única escala, o índice não é capaz de representar corretamente países que possuem diversas clivagens sociais, lingüísticas ou étnicas<sup>24</sup>. Mesmo com tais falhas, o ELF ainda é o índice mais comum nos trabalhos de guerras civis e apesar de alguns autores terem proposto a utilização de novas escalas para mensurar a etnicidade, a presente discussão sobre a importância dos fatores étnicos para o surgimento dos conflitos internos toma o ELF como medida.

<sup>19</sup> Em português, *Atlas dos Povos do Mundo*.

<sup>20</sup> Laitin & Posner, 2001, p. 13.

<sup>21</sup> Laitin & Posner, 2001, p. 13; Fearon, 2003, p. 2.

<sup>22</sup> Bridgeman, 2008, p. 1.

<sup>23</sup> Bridgeman, 2008, p. 1.

<sup>24</sup> Posner, 2004, p. 850-852

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Os resultados, até agora, mostram-se inconclusivos<sup>25</sup>. Apesar de muitos pesquisadores não terem encontrado uma relação entre diversidade étnica e conflitos armados<sup>26</sup>, Sambanis<sup>27</sup> afirma que, caso as guerras civis sejam divididas entre ‘identitárias’ e ‘não-identitárias’, as primeiras apresentam uma relação significativa com as variáveis que medem heterogeneidade étnica. Esse argumento em defesa das guerras étnicas, entretanto, não é livre de críticas: não somente ele assume que os conflitos são prioritariamente guiados por uma *única* clivagem, o que está em desacordo com muitas das pesquisas focadas nos ‘micro-processos’ das guerras civis<sup>28</sup>, mas ao utilizar outro índice para mensurar a diversidade étnica dos países (*Ethnic Heterogeneity* – EHET) ao invés do tradicional ELF, os resultados obtidos por Sambanis<sup>29</sup> são, na verdade, difíceis de serem comparados com o resto da literatura. Mas a questão sobre qual o papel dos fatores étnicos nos conflitos civis ainda está longe de encerrada, e mesmo um autor como Paul Collier, que antes havia argumentando sobre a pouca relevância da diversidade étnica como variável explicativa para os movimentos rebeldes<sup>30</sup>, recentemente destacou a influência deste elemento nos conflitos civis e afirmou com clareza que a “*diversidade [étnica-cultural] aumenta o risco de violência*”<sup>31</sup>. Assim, o debate acerca da heterogeneidade, marcado por dificuldades de mensuração e por uma relativa falta de dados comparativos sobre como funcionam as dinâmicas étnicas, religiosas e lingüísticas em nível local, ainda não apresenta conclusões definitivas.

<sup>25</sup> Kalyvas, 2008, p. 1044; Zimerman, 2008, p. 68; Dixon, 2009, p. 710.

<sup>26</sup> Sambanis, 2001; Fearon & Laitin, 2003; Collier & Hoeffler, 2004, p. 576.

<sup>27</sup> Sambanis, 2001.

<sup>28</sup> Kalyvas, 2006; Kalyvas, 2009.

<sup>29</sup> Sambanis, 2001.

<sup>30</sup> Collier & Hoeffler, 2004.

<sup>31</sup> Collier, 2009, p. 130.



Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

## As Variáveis Geográficas

A geografia sempre recebeu a atenção dos militares. Apesar de sua relevância para os estudos estratégicos, a geografia aparece de modo bastante tímido nas análises quantitativas de guerras civis. Uma das principais razões para esta carência de pesquisas sobre o efeito dos elementos geográficos nos conflitos internos deve-se à pouca oferta de dados estatísticos úteis para analisar-se o comportamento de tais variáveis nos movimentos insurgentes. Enquanto a grande maioria dos trabalhos estatísticos realiza comparações tomando o Estado-nação como nível de análise, para a compreensão correta acerca do papel da geografia nas guerras civis provavelmente seria necessária uma avaliação sobre o impacto *local* de seus elementos, pois as variações ocorridas *dentro* dos países talvez sejam, para este assunto, ainda mais interessantes do que as que ocorrem *entre* as nações<sup>32</sup>. Tome-se como exemplo o caso da Índia: não obstante este país ter sofrido, de acordo com o *Armed Conflict Dataset*, ao menos sete conflitos intraterritoriais menores de 1990 a 2005 (mais de 25 mortos), nenhum desses conflitos ocupou uma área maior do que 5% do território<sup>33</sup>. Com efeito, “*não podemos explicar as diferenças entre esses conflitos (em termos de tipo, intensidade, duração e resultado) se contarmos exclusivamente com regressores em nível nacional*”<sup>34</sup>.

Talvez essa seja uma das causas mais importantes para explicar o fato que, de acordo com o trabalho de Hegre e Sambanis<sup>35</sup>, que faz uma rigorosa análise de sensibilidade nas variáveis estatísticas mais utilizadas pelos estudos de guerras

<sup>32</sup> Buhaug, 2007, p. 1

<sup>33</sup> Buhaug & Lujala, 2005, p. 404.

<sup>34</sup> Buhaug & Lujala, 2005, p. 404.

<sup>35</sup> Hegre & Sambanis, 2006, p. 529.



Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

civis, apenas ‘relevo montanhoso’ possui relação com guerras internas. O *insight* para tal afirmação provavelmente vem da existência de casos conhecidos de movimentos rebeldes que surgiram e se mantiveram por muitos anos em áreas com relevo montanhoso. James Fearon<sup>36</sup> descreve os possíveis mecanismos causais para essa relação:

“Pode ser que seja mais fácil para um estado deter ou eliminar novos grupos rebeldes em um estado relativamente plano, pois é mais difícil de esconderem-se. Estudos de caso de *vários* conflitos mostram como grupos guerrilheiros sobreviveram ao tomarem as montanhas ou as florestas. Ou pode ser que, na média, os estados centrais desenvolveram menor controle administrativo da periferia em lugares onde os obstáculos físicos para estender a autoridade do governo são relativamente grandes. Ou então, pode ser que, por causa da baixa presença do governo central, países com terreno montanhoso tendem a ter grupos étnicos e religiosos com uma “cultura de honra” e/ou uma profunda desconfiança e desprezo pela autoridade do governo da planície. Ou pode ser uma combinação destes fatores, ou ainda outros”.

A medida mais utilizada para analisar a influência de terreno montanhoso nas guerras civis foi criada pelo geógrafo A. J. Gerrard para o Banco Mundial, na época em que Paul Collier – um conhecido especialista em guerras civis – era diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (*Research Development*

---

<sup>36</sup> Fearon, 2010, p. 33, grifo do autor.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

*Department*) dessa instituição<sup>37</sup>. Por um lado, o uso de uma mesma variável dá certa uniformidade aos trabalhos e uma maior possibilidade de comparação entre seus resultados. Por outro, há poucas discussões no sentido de trazer uma nova definição que talvez represente as diferenças de terreno de um modo mais preciso. Ademais, pelo fato da medida criada por Gerrard oferecer dados ao nível do estado-nação como um todo, certamente perde-se, como mencionado acima, muito dos efeitos locais da geografia nos movimentos rebeldes. Dessa maneira, embora a existência de terreno montanhoso em determinado país tem se mostrado significativa em um número razoável de pesquisas estatísticas<sup>38</sup>, parece que dados mais detalhados ainda são necessários para chegar-se a uma conclusão a respeito dos efeitos desta variável no início de guerras civis.

### **As Variáveis Econômicas**

O papel dos fatores econômicos nas guerras civis é um dos temas mais debatidos nas pesquisas contemporâneas. Por um lado, as discussões a respeito de qual seria o principal motivo por detrás da organização dos movimentos rebeldes – o “descontentamento”, que implicaria uma preponderância de elementos políticos, ideológicos ou culturais nas reivindicações dos insurgentes, ou a “cobiça”, que indicaria, em contrapartida, a prevalência de uma motivação econômica nas ações dos grupos – ainda estão longe de terminar. Por outro, a importância das variáveis econômicas nas análises estatísticas globais é bastante significativa e muitos dos elementos que, em termos praticamente unânimes, mostram-se fortemente relacionados ao início das guerras civis estão relacionados à

<sup>37</sup> Fearon, 2010, p. 32.

<sup>38</sup> Fearon & Laitin, 2003, p. 85; Hegre & Sambanis, 2006, p. 529; Fearon, 2010.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

economia. Em especial, três fatores aparecem em destaque nos estudos recentes: alta renda *per capita*, crescimento econômico e o fato de um país ser exportador de petróleo.

De acordo com as análises empíricas, as guerras civis são um fenômeno típico de países pobres e, nesse sentido, o aumento da renda *per capita* nacional diminui as possibilidades de que tais conflitos se iniciem<sup>39</sup>. Não obstante os estudos serem virtualmente consensuais no que se refere aos efeitos desta variável na incidência de guerras civis, o modo pelo qual ela inibe os conflitos ainda não é totalmente claro. Em um artigo que iniciou uma grande discussão a respeito das motivações econômicas dos rebeldes, Collier e Hoeffler<sup>40</sup> apontam que a existência de renda *per capita* elevada em determinado país afeta diretamente os custos de oportunidade das organizações insurgentes, pois em um cenário de prosperidade material torna-se muito difícil encontrar ‘mão-de-obra’ para uma operação arriscada e incerta como uma guerra civil. Já Fearon e Laitin<sup>41</sup>, em contrapartida, assinalam que a renda *per capita* gera maiores efeitos não nos custos da rebelião, mas na capacidade do estado para enfrentar grupos guerrilheiros dentro de seu território. A renda *per capita*, de acordo com estes autores, seria uma variável *proxy* para mensurar a força do aparato público estatal, tendo em mente que estados fracos são uma presa fácil para os movimentos rebeldes. Em suas palavras<sup>42</sup>:

“Nós concordamos que o financiamento é um determinante para a viabilidade de insurgências. Nós argumentamos, entretanto, que as

<sup>39</sup> Collier & Hoeffler, 1999; Sambanis, 2002, p. 216; Fearon & Laitin, 2003; Zimerman, 2003, p. 52; Collier & Hoeffler, 2004; Hegre & Sambanis, 2006, p. 531; Dixon, 2009, p. 714-715; Blattman & Miguel, 2010, p. 22-23.

<sup>40</sup> Collier & Hoeffler, 1998.

<sup>41</sup> Fearon & Laitin, 2003.

<sup>42</sup> Fearon & Laitin, 2003, p. 76

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

variáveis econômicas, como renda *per capita*, são importantes basicamente por serem *proxy* das capacidades administrativas, militares e policiais do estado. [...] Nossa interpretação é mais hobbesiana do que econômica. Onde os estados são relativamente fracos e instáveis [*capricious*], tanto o medo quanto as oportunidades encorajam o surgimento de aspirantes a governantes [*would-be rulers*] que fornecem uma justiça local à margem da lei enquanto arrogam o poder de ‘taxar’ para si mesmos e, freqüentemente, para uma causa maior” (Fearon & Laitin, 2003, p. 76).

Embora ambos os textos forneçam explicações interessantes, e provavelmente complementares, sobre a influência da renda *per capita* nas guerras civis, tais modelos devem ser tomados com precaução, pois ainda possuem alguns problemas teóricos. Destarte, seria preciso realizar análises mais específicas sobre os efeitos da renda na atitude dos grupos e do governo para uma avaliação mais precisa a respeito da veracidade dos argumentos expostos acima. Como escrevem Blattman e Miguel<sup>43</sup>,

“Nenhuma dessas duas interpretações ‘puras’ [as de Collier e Hoeffler (1998) e de Fearon e Laitin (2003)] são inteiramente justificadas, dadas as evidências que temos à mão. A ligação entre níveis de renda e conflitos armados é teoricamente complexa, e dados mais refinados – digamos, sobre quanto da renda é revertida ao governo e quanto fica com os cidadãos, ou medidas longitudinais a respeito da capacidade do

---

<sup>43</sup> Blattman & Miguel, 2010.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

estado – são necessários para que possamos distinguir entre ambas as interpretações.”

Contudo, mesmo que essas recomendações fossem adotadas e fosse possível dispor de todos os dados necessários para melhor avaliar tais hipóteses, uma importante questão ainda estaria por ser resolvida: como acertadamente lembram Mack<sup>44</sup> e Zimerman<sup>45</sup>, nas últimas décadas a renda *per capita* tem crescido em diversos países, mas, ao mesmo tempo, o número de guerras civis *também* tem aumentado (ao menos até o início dos anos 1990). Este efeito é logicamente incompatível com os argumentos teóricos expostos acima. Entretanto, há possíveis respostas para esse paradoxo. Como afirma Mack,

“Não existe aqui *necessariamente* uma contradição, é claro. O crescimento econômico pode muito bem ser um fator inibidor de violência como tem sido afirmado, mas o efeito pode ser muito fraco para compensar os outros fatores que *aumentam* o risco de violência. [...] Outros pesquisadores tomam uma posição intermediária [entre Collier e Hoeffler e Fearon e Laitin], sugerindo uma relação curvilínea entre desenvolvimento econômico e propensão à guerra. Crescimento econômico gera instabilidade política e um maior risco de guerras civis em economias muito pobres, mas reduz o risco de guerras em países ricos”<sup>46</sup>.

<sup>44</sup> Mack, 2002, p. 521.

<sup>45</sup> Zimerman, 2008, p. 54.

<sup>46</sup> Mack, 2002, p. 521.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Em um texto posterior, Paul Collier e seus colegas<sup>47</sup> (2003) fornecem um argumento bastante plausível para esta questão. Os autores sugerem que, na verdade, muitos dos países que sofreram guerras civis nas últimas décadas tornaram-se independentes há pouco tempo, e neles a renda *per capita* era significativamente *maior* nos anos 1960 (quando ainda estavam sob o domínio colonial) do que nos anos 1990. Assim, o aumento dos conflitos civis dos anos 1970 a 1990 “*simplesmente refletem a existência de muitos mais países independentes e com baixa renda*”<sup>48</sup>. Além disso, enquanto vários países do Terceiro Mundo estão, nas últimas décadas, obtendo expressivos índices de desenvolvimento econômico, há um grupo de nações que está à margem deste crescimento, e é nele que se concentra a maior parte das guerras civis contemporâneas. De acordo com seus dados<sup>49</sup>, são 71 países e cerca de quatro bilhões de pessoas que estão sendo beneficiadas pelo crescimento global recente, e estes têm um risco cada vez menor de sofrerem uma guerra civil; em contrapartida, para 52 países e 1.1 bilhões de indivíduos, as chances de se envolverem em um conflito são *maiores* do que antes, uma vez que eles estão vivendo em condições econômicas cada vez mais precárias. Em resumo, “*o crescimento global é parte do processo de redução da incidência de guerras civis, mas a menos que ela atinja os países atualmente marginalizados, ela vai se tornar, progressivamente, uma força de paz menos efetiva*”<sup>50</sup>, o que explicaria a existência de um número grande conflitos mesmo em um cenário de crescimento global. Compreende-se ainda que, segundo este ponto de vista, também não existe, intrinsecamente, uma contradição entre o aumento da renda *per capita* e incidência de guerras civis na época atual e, embora sua relação causal ainda

<sup>47</sup> Collier et al., 2003.

<sup>48</sup> Collier et al., 2003, p. 95.

<sup>49</sup> Collier et al., 2003, p. 103.

<sup>50</sup> Collier et al., 2003, p. 102.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

possa ser mais bem esclarecida, essa variável econômica pode ser utilizada sem maiores problemas nas análises estatísticas sobre guerras civis.

O crescimento econômico também aparece em vários trabalhos empíricos como um fator que reduz a incidência de uma guerra interna<sup>51</sup>. Apesar de um grande número de *proxies* diferentes serem usadas para mensurar o aumento de renda nos estudos de conflitos domésticos – crescimento do produto interno bruto total ou *per capita*, consumo *per capita* de energia, densidade de malha viária e até variações na taxa de mortalidade – praticamente todas se comportam da mesma maneira, em uma relação negativa com o início de guerras domésticas<sup>52</sup>. Aqui, provavelmente o eixo de causalidade é similar ao da ligação entre renda *per capita* e conflitos civis: quando um país atravessa um período de crescimento econômico, os custos de oportunidade para a rebelião tornam-se relativamente mais altos, gerando assim um desincentivo para a entrada de indivíduos nos movimentos insurgentes. É válido lembrar que, de acordo com Blattman e Miguel, não é necessário que o crescimento já esteja em processo para que seus efeitos sejam vistos: como largamente discutido na teoria econômica, as expectativas são, em grande medida, suficientes para induzir os indivíduos a tomarem suas decisões. Com efeito, é correto afirmar que o “[...] *crescimento esperado da renda futura reduz o risco de guerra civil hoje*”<sup>53</sup>.

Outro fator freqüentemente relacionado à incidência de guerras civis é a dependência de recursos naturais, sobretudo do petróleo<sup>54</sup>. Curiosamente, dois mecanismos opostos foram vistos como possíveis causadores de conflitos. Por

<sup>51</sup> Collier & Hoeffler, 1998; Elbadawi & Sambanis, 2002; Fearon & Laitin, 2003; Hegre & Sambanis, 2006; Dixon, 2009.

<sup>52</sup> Dixon, 2009, p. 714-715.

<sup>53</sup> Blattman & Miguel, 2010, p. 12.

<sup>54</sup> Collier & Hoeffler, 1998; Le Billon, 2001; Ross, 2004; Fearon, 2005b; Humphreys, 2005; Zimerman, 2008, p. 56; Dixon, 2009, p. 714-725



Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

um lado, a *ausência* de recursos naturais pode agravar tensões sociais e levar uma nação à guerra interna, pois os indivíduos lutariam para assegurar a posse de bens necessários e escassos; por outro, a *abundância* de recursos também pode gerar violência interna, pois como mercadorias primárias são lucrativas e facilmente exploráveis<sup>55</sup>, elas se tornam atrativas tanto para as elites locais quanto para uma série de grupos adversários que desejam obter benefícios econômicos<sup>56</sup>. Apesar de ambas as explicações serem plausíveis, a última teve prevalência nos estudos de guerras civis e vê-se atualmente um enorme número de pesquisas que debatem os efeitos daquilo que é comumente chamado de “maldição dos recursos” [*resource curse*] ou “paradoxo da abundância” [*paradox of plenty*], onde a grande presença de bens primários gera pobreza, corrupção e violência em determinado território<sup>57</sup>.

Ainda que seus eixos causais não estejam totalmente claros, é muito comum a presença de variáveis ligadas à exploração de recursos nos textos de guerras civis, provavelmente pela influência dos trabalhos de Collier e Hoeffler<sup>58</sup>. De todos eles, entretanto, apenas o petróleo se mostra bastante significativo em um grande número de modelos. De acordo com Dixon<sup>59</sup>:

“Claramente, mais trabalhos são necessários para estabelecer a relação entre recursos “pilháveis” [*lootable resources*] e guerras civis. Sobre um desses recursos, entretanto, um consenso surgiu. [...] Petróleo é perigoso”.

<sup>55</sup> O argumento de que são facilmente exploráveis vale para diversos minérios, mas não para o petróleo.

<sup>56</sup> Le Billion, 2001, p. 564

<sup>57</sup> Karl, 1997.

<sup>58</sup> Collier & Hoeffler, 1998; Collier & Hoeffler, 2004.

<sup>59</sup> Dixon, 2009, p. 714

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Talvez não seja exagerado afirmar que boa parte dos riscos associados à presença de recursos naturais está ligada ao petróleo, já que este tem sido um importante fator em vários dos conflitos modernos. Segundo Fearon e Laitin<sup>60</sup>, “*dos dez países exportadores de petróleo mais pobres, apenas um (Equador) não passou por uma guerra civil. Os outros nove (Angola, Nigéria, Iêmen, Indonésia, Congo, Irã, Colômbia, Camarões e Argélia) já passaram*”. Considerando que a amostra de países exportadores de petróleo não é grande, os números acima são relevantes. Embora os diamantes também sejam por vezes mencionados como elementos que levam ao conflito civil<sup>61</sup>, eles ainda não são aceitos de modo unânime na literatura, deixando apenas o petróleo como variável consensual nos estudos da área<sup>62</sup>.

### As Variáveis Históricas

A história também exerce influência sobre as guerras civis. Vemos que, no plano estatal, o número de *anos vividos em paz e o tempo transcorrido após a independência* foram algumas vezes sugeridos como fatores importantes para entendermos as guerras civis e, na esfera internacional, *a existência da Guerra Fria*, tem sido colocada como uma variável que impulsionou os conflitos domésticos no período.

As guerras civis são fenômenos recorrentes. Um país que atravessa hoje um grave conflito armado tem grandes chances de que surtos de violência interna voltem a acontecer no futuro. Este fato não passou despercebido por grande parte dos autores que escrevem sobre este tema: Paul Collier, juntamente com uma equipe

<sup>60</sup> Fearon & Laitin, 2006, p. 1.

<sup>61</sup> Ross, 2006.

<sup>62</sup> Dixon, 2009, p. 720.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

de pesquisadores comissionados pelo Banco Mundial, chegou a dedicar um livro inteiro ao que se convencionou chamar de *conflict trap*, na qual uma primeira guerra civil gera incentivos para que ocorram novas guerras civis<sup>63</sup>. Em suas palavras<sup>64</sup>,

“Uma vez que um país sucumbe a uma guerra civil, o risco de futuros conflitos dispara. Um conflito enfraquece a economia e deixa um legado de atrocidades. Ele também cria líderes e organizações que investiram em capacitação [*skills*] e equipamentos que só são úteis para a violência. De modo perturbante, enquanto a maioria da população de um país afetada por uma guerra civil sofre com ela, os líderes das organizações militares que estão perpetrando a violência muitas vezes estão bem. A perspectiva de ganhos financeiros dificilmente é o motivo principal para uma rebelião, mas para alguns ela pode se tornar um modo de vida satisfatório. Isso é uma razão adicional para justificar que os participantes de uma guerra civil não devem ser deixados lutando entre si. Algumas evidências mostram que, década após década, as guerras civis estão ficando maiores”.

A opinião dos autores privilegia os argumentos que colocam a “cobiça” como a causa principal para explicar as guerras civis, mas é importante mencionar que o “descontentamento” também pode mobilizar os cidadãos para conflitos subseqüentes. Em um contexto de enfraquecimento do aparato estatal, além de diminuir do custo de oportunidade para a rebelião como dizem Paul Collier e

<sup>63</sup> Collier et al, 2003.

<sup>64</sup> Collier et al, 2003, p. 4.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

seus colegas<sup>65</sup>, um dos fatores que facilita a coordenação civil é justamente a existência de laços étnicos ou comunais, muitas vezes sobrepostos, mas não equivalentes, às clivagens políticas ou econômicas locais<sup>66</sup>. Nesse sentido, antigas diferenças sociais podem ressurgir em uma situação de fragilidade institucional, gerando uma nova onda de violência interna no país. Assim, também por motivos não-econômicos, a existência de uma guerra civil em um período anterior pode dar origem a guerras civis no futuro.

Uma questão a se colocar é a respeito da *duração dos efeitos* de uma primeira guerra civil em um segundo conflito. Como mensurá-la corretamente? Uma primeira sugestão foi a de realizar a simples contagem de anos sem conflito e analisar se havia uma relação entre esta variável e o início de uma guerra posterior. Há também outra razão, de natureza metodológica, para incluir este ‘tempo relativo’ nos estudos de guerras civis<sup>67</sup>:

“Análises de regressão como a *logit* ou os *métodos de mínimos quadrados* que usam dados agrupados com base no ‘país-ano’ são problemáticas, pois o modelo de regressão subjacente é baseado na premissa que as observações não são interdependentes, enquanto, um tanto obviamente, elas o são”.

Dessa forma, a inclusão da variável ‘anos de paz’ ajudaria também a solucionar um problema inerente aos modelos de regressão utilizados nos trabalhos de guerras civis. Contudo, há grandes controvérsias a respeito do uso desta forma de

<sup>65</sup> Collier et al, 2003.

<sup>66</sup> Klem, 2004, p. 19.

<sup>67</sup> Brown & Langer, 2009, p. 3.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

instrumentalizar o tempo nos estudos de conflitos. Por um lado, tomar o número de anos de paz por si só como medida poderia conduzir a análises a conclusões enganosas, uma vez que ele pressupõe que todos os anos influem *igualmente* para aumentar ou diminuir os riscos de guerra civil. Com efeito, os primeiros anos decorridos após uma guerra civil são muito mais relevantes para explicar o surgimento de um conflito posterior do que, por exemplo, o quinquagésimo ou o centésimo ano. Nesse sentido, alguns pesquisadores adotaram uma função capaz de calcular os efeitos decrescentes de uma primeira guerra civil nas subseqüentes<sup>68</sup>, definida originalmente por Arvid Raknerud e Håvard Hegre<sup>69</sup> para analisar conflitos entre estados. Sua formulação mais utilizada é  $exp[(0-\text{Anos de Paz})/\alpha]$ . Esta função exponencial tem o valor de 1 quando o último conflito está bastante próximo e tende a 0 caso ele tenha ocorrido há muito tempo<sup>70</sup>, no qual seu divisor  $\alpha$  corresponde à meia-vida dos efeitos de uma guerra civil anterior<sup>71</sup>. O problema, entretanto, reside na enorme arbitrariedade da escolha dos valores para a meia-vida. Østby<sup>72</sup> usa  $\alpha = 1$ , afirmando que em pouco menos de um ano os efeitos de um conflito prévio já seriam reduzidos em 50%, os artigos de Carey<sup>73</sup> e Urdal<sup>74</sup>, respectivamente, usam  $\alpha = 4.129$  e  $\alpha = 4$ , colocando a meia-vida em cerca de três anos; Raknerud e Hegre<sup>75</sup> usam seis anos; e, em sua dissertação de mestrado, Helge Holtermann<sup>76</sup>, chega a utilizar  $\alpha = 400$ , onde são necessários 277 anos para se atingir a meia-vida dos efeitos de uma guerra anterior. Dessa forma, embora sua formulação matemática seja mais adequada

<sup>68</sup> Tøset, Gleditsch & Hegre, 2000, p. 985; Urdal, 2006, p. 617.

<sup>69</sup> Raknerud & Hegre, 1997.

<sup>70</sup> Hegre et al, 2001, p. 36

<sup>71</sup> Brown & Langer, 2009, p. 6.

<sup>72</sup> Østby, 2008 *apud* Brown & Langer, 2009, p. 6.

<sup>73</sup> Carey, 2007, p. 56.

<sup>74</sup> Urdal, 2006, p. 617.

<sup>75</sup> Hegre, 1997, p. 393.

<sup>76</sup> Holtermann, 2007, p. 81.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

para este tipo de análise do que a mera contagem de anos de paz, sua utilização ainda levanta sérias dúvidas, pois os resultados dos modelos são dependentes de uma escolha arbitrária de valores<sup>77</sup>. Ainda é preciso uma formulação teórica mais rigorosa para que as variáveis temporais contínuas possam ser adequadamente operacionalizadas nos estudos de guerra civil.

Outra forma de incorporar o ‘fator tempo’ nas análises de guerras civis consiste em delimitar períodos que possuem certas características comuns e substituí-los por variáveis *dummy*, uma técnica mais simples do que as que apresentamos acima. Os primeiros autores a fazer uso deste instrumento são Fearon e Laitin<sup>78</sup>, que incluem uma variável chamada “novo estado” em seus trabalhos. Há, de fato, uma enorme incidência de conflitos em países que obtiveram sua independência recentemente, uma vez que este o país recém-criado “*subitamente perde o suporte coercivo da antiga potência colonial e suas capacidades militares são novas e ainda não foram testadas*”<sup>79</sup>. Com isso, os autores decidiram colocar esta variável em seus modelos, equivalendo a 1 quando o país obteve sua independência há dois anos ou menos, e a 0 para todos os outros casos. Os resultados são significativos do ponto de vista estatístico<sup>80</sup>, mas também são questionáveis por sua arbitrariedade: os autores não deixam claro por qual motivo foi escolhido exatamente o período de dois anos e não qualquer outro. Ademais, ainda restam algumas dúvidas a respeito da causalidade da relação entre ela e as guerra civis, como, aliás, acontece com várias outras variáveis dependentes<sup>81</sup>.

O período da Guerra Fria (1945-1989) possui características bastante específicas, e alguns autores resolveram codificá-la de modo distinto de outras épocas

<sup>77</sup> Brown & Langer, 2009, p. 7.

<sup>78</sup> Fearon & Laitin, 2003.

<sup>79</sup> Fearon & Laitin, 2003, p. 81.

<sup>80</sup> Fearon & Laitin, 2003, p. 84.

<sup>81</sup> Brown & Langer, 2009, p. 22.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

históricas. Em uma ordem bipolar marcada por um grande número de *proxy wars*, definidas geralmente como “conflitos prolongados e de baixa intensidade”<sup>82</sup> onde as partes recebiam apoio, mais ou menos disfarçado, das grandes potências (EUA e URSS), é de se imaginar que este período exerça influência sobre as guerras civis. Collier e Hoeffler<sup>83</sup>, por exemplo, utilizam uma *dummy* da Guerra Fria como um *proxy* que mostra “a vontade dos governos estrangeiros de financiar oposição militar aos governos incumbentes”, mas apesar dela estar positivamente relacionada ao início de guerras civis, a variável não se apresenta estatisticamente significativa em nenhum dos modelos propostos pelos autores. Sambanis<sup>84</sup> também não encontrou um resultado significativo para a variável “Guerra Fria”, mas devemos lembrar que, pelo fato de sua análise estar focada apenas nos casos de guerras étnicas serem raros conflitos deste tipo durante o período bipolar (onde as guerras ‘ideológicas’ e ‘revolucionárias’ seriam a maioria), a ausência de relação entre Guerra Fria e os conflitos domésticos não chega a ser uma surpresa. Brown e Langer<sup>85</sup>, em contrapartida, ao utilizarem esta variável na base de dados desenvolvida por Fearon e Laitin<sup>86</sup>, conseguiram encontrar um resultado significativo para “Guerra Fria” ( $p = 0,036$ ), mas, o que é interessante, esta variável aparece como *negativamente* relacionada com as guerras civis, indo na contramão do previsto.

Com efeito, embora os anos de paz, a recém-independência dos estados e o período da Guerra Fria apareçam em algumas análises de guerras civis como elementos importantes para entendermos este fenômeno, ainda são visíveis os problemas com a operacionalização e com os mecanismos teóricos implícitos por

<sup>82</sup> Reisman, 1990, p. 860.

<sup>83</sup> Collier & Hoeffler, 2004, p. 568.

<sup>84</sup> Sambanis, 2001, p. 272.

<sup>85</sup> Brown & Langer, 2009, p. 13.

<sup>86</sup> Fearon & Laitin, 2003.



Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

trás destas variáveis. Sua utilização não é, obviamente, vetada nos trabalhos empíricos, mas é preciso ter em mente que tais elementos devem ser incluídos com cautela nos modelos, sempre ressaltando suas possíveis limitações.

## **As Variáveis Políticas**

O impacto dos fatores políticos sobre as guerras civis ainda não é ponto pacífico no meio acadêmico. Apesar de muitas variáveis estarem hoje sendo testadas, são poucas as que possuem um relativo grau de sucesso nos modelos estatísticos. A existência da forma federalista em um estado é uma delas. O federalismo é visto não somente como uma ferramenta para prevenir conflitos com grupos autônomos dentro de um território<sup>87</sup>, mas também como a melhor opção para estruturar politicamente um país que passou por uma guerra doméstica<sup>88</sup>. Essa idéia, na verdade, já tem antiga tradição na Ciência Política. De acordo com Lijphart<sup>89</sup>, o modo “consociativo” seria a forma mais segura de estabelecer uma governança democrática em sociedades plurais e com clivagens bem-definidas, pois por meio de coalizões, mútuo poder de veto, proporcionalidade e certo grau de economia local os conflitos tenderiam a ser resolvidos pacificamente. Em um trabalho pioneiro na investigação dos conflitos étnicos, Horowitz<sup>90</sup> afirma que o federalismo é um dos elementos mais importantes para acomodar distintos grupos em um mesmo território, embora reconheça que, em alguns casos específicos, o federalismo possa, ao contrário, exacerbar a violência interna.

---

<sup>87</sup> Horowitz, 1985, p. 619; Elazar, 1987, p. 232-265; Gurr, 2000.

<sup>88</sup> Sambanis, 2002, p. 236.

<sup>89</sup> Lijphart, 1977.

<sup>90</sup> Horowitz, 1985.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Assim, o federalismo deve ser implantado em um arcabouço de outras garantias. Nas palavras do autor<sup>91</sup>,

“É necessário um pacote coerente, até mesmo redundante, de técnicas de redução de conflitos. Tal pacote incluiria sistemas eleitorais para criar incentivos para a cooperação interétnica e para coalizões pré-eleitorais baseadas na agregação de votos [*vote pooling*]. Em muitos países, deveria haver também uma previsão para o federalismo ou autonomia regional. Combinada com políticas que dão uma parcela do poder central a grupos regionalmente concentrados, essa ‘devolução’ [de poder] pode ajudar a evitar o separatismo. Uma divisão do território bem realizada pode estimular a fluidez multipolar onde ela já exista e prevenir a bifurcação; ela pode também produzir bens comuns entre outras unidades também regionalmente organizadas, cruzando linhas étnicas; e ela pode dar aos políticos a chance de praticar coalizões antes de eles chegarem ao poder central”.

Os argumentos de Horowitz parecem razoáveis, e alguns trabalhos estatísticos recentes vêm dando suporte a suas hipóteses<sup>92</sup>. Com efeito, Alfred Stepan<sup>93</sup> aponta que todas as democracias estáveis, e que possuem uma sociedade multicultural, são estados federados. O federalismo pode, assim, ser um instrumento para redução de violência.

---

<sup>91</sup> Horowitz, 1993, p. 36.

<sup>92</sup> Saideman et al, 2002, p. 119.

<sup>93</sup> Stepan, 1999, p. 20 *apud* Amoretti & Bermeo, 2004, p. 11.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Em contrapartida, a presença de instabilidade política em um país aumenta significativamente suas chances de atravessar uma guerra civil. As mudanças de regime aparecem com frequência na literatura como uma importante fonte de conflitos violentos e, como afirma Dixon<sup>94</sup>, “[...] *existe um amplo consenso sobre a relação entre a instabilidade dos regimes e o início de guerras civis. [...] A única discordância é a respeito da força da relação, mas não sua direção – mudança de regime é perigoso*”. A constatação de que mudanças políticas podem desencadear períodos de violência não é nova: os problemas da democratização, por exemplo, eram discutidos com seriedade ainda em meados do século XIX e, como lembrado por Gleditsch, Hegre e Strand<sup>95</sup>, Alexis de Tocqueville já apontava que “[...] *as revoluções nem sempre vêm quando as coisas vão de mal a pior. [...] Geralmente o momento mais perigoso para um mau governo é quando ele tenta se reformar*”. Vários textos recentes têm comprovado essa hipótese<sup>96</sup>, afirmando que mudanças de regime podem causar conflitos não apenas pela profunda alteração nos incentivos e oportunidades dos atores políticos, mas também pela produção de grupos de ‘vencedores’ e grupos de ‘vencidos’<sup>97</sup>. Em ambos os casos, é interessante aos atores fazer uso de estratégias violentas para manterem-se no poder.

Já a relação direta entre regime político e guerras civis é ainda muito controversa na literatura. O problema não deixa de ser curioso, pois apesar de muitos conflitos terem como justificativa, ao menos no plano retórico, a luta pela democracia e pela liberdade, os dados estatísticos não têm mostrado uma correlação clara entre regime político e guerras civis. De fato, dos 27 artigos analisados por Dixon que incluíram a variável ‘democracia’ em seus modelos, 19

<sup>94</sup> Dixon, 2009, p. 718.

<sup>95</sup> Gleditsch, Hegre & Strand, 2009, p. 163.

<sup>96</sup> Hegre et al., 2001; Fearon & Laitin, 2003; Gleditsch, Hegre & Strand, 2009; Cederman, Hug & Krebs, 2010.

<sup>97</sup> Cederman, Hug & Krebs, 2010, p. 387.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

deles não foram capazes de encontrar uma relação significativa entre ela e a ocorrência de guerras civis, dois encontraram uma relação negativa entre as duas e, pasmem, cinco trabalhos apontam que existe uma relação positiva entre elas, na qual a democracia *umenta* as chances de um país entrar em guerra civil<sup>98</sup>.

É válido destacar alguns prováveis problemas das pesquisas acima. Em primeiro lugar, a relação entre democracia e guerra civil pode não ser linear, como alguns dos trabalhos empíricos supõem. Um bom número de artigos<sup>99</sup> encontrou uma relação curvilínea entre regime político e guerras internas, na qual dois extremos do espectro político possuem baixa incidência de guerras civis e há uma concentração de rebeliões em “anocracias” ou “regimes híbridos”, aqueles se encontram em escalas intermediárias, possuindo tanto características de democracias quanto de autocracias<sup>100</sup>. Seria preciso, para ter descoberto essa relação, não apenas usar a variável ‘regime político’ em seus valores quadráticos – a fim de captar o padrão em ‘U invertido’ da curva – mas também, como especulam Sørli, Gleditsch e Strand<sup>101</sup>, utilizar o país-ano como unidade de medida, pois utilizar períodos de cinco anos na análise estatística pode gerar vieses nos resultados. Em segundo lugar, os índices de democracia que aparecem com mais freqüência nas pesquisas empíricas, como o *Freedom in the World*<sup>102</sup>, *Polity IV*<sup>103</sup> ou *Scalar Index of Polities*<sup>104</sup> possuem conhecidas diferenças de mensuração e codificação. De fato, é possível que uma relação estatística seja encontrada em um índice e não em outro, ou que sua força de associação seja

<sup>98</sup> Dixon, 2009, p. 718.

<sup>99</sup> Ellingsen & Gleditsch, 1997; Hegre et al, 2001; Sambanis, 2001; Fearon & Laitin, 2003.

<sup>100</sup> O termo “anocracia” não será usado neste trabalho, por sugerir uma “ausência de estado” (άνω, “acima” e κράτος, “estado”). Utilizaremos aqui a denominação “regime híbrido”, pelo fato de o termo descrever melhor a realidade de tais estados e por ser mais bem trabalhado conceitualmente (Zimerman, 2006, p. 70).

<sup>101</sup> Sørli, Gleditsch & Strand, 2005, p. 156.

<sup>102</sup> Freedom House, 2010.

<sup>103</sup> Marshall & Jaggers, 2002.

<sup>104</sup> Gates et al, 2006.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

substancialmente maior ou menor dependendo apenas do tipo de dados e do período em questão.

Mas há ainda outro questionamento sobre a relação entre regimes políticos e guerras civis, este bem mais contundente. De acordo com Vreeland<sup>105</sup>, a existência do “U invertido” se dá por meio de um erro na codificação do índice mais utilizado nas pesquisas acadêmicas, o *Polity*, e não pela maior propensão *per se* de regimes híbridos entrarem em guerra civil. Já que o *Polity* codifica países com conflitos como zero, bem no centro de sua escala (que vai de -10 a 10), é natural que os regimes híbridos, situados entre democracias e autocracias, apareçam sobrerrepresentados nas análises estatísticas. Como escreve o autor<sup>106</sup>,

“Acontece que para os componentes do *Polity* que tratam do executivo não há uma relação em ‘U invertido’ estatisticamente significativa com guerra civil, sejam os componentes introduzidos individualmente ou combinados em um índice. No que tange aos componentes de participação política, eu de fato encontro evidências de uma relação em ‘U invertido’ com guerra civil. Para essas variáveis, entretanto, as observações são codificadas no meio [da escala] quando a participação política é facciosa, uma situação na qual a competição política entre os grupos é “intensa, hostil, e freqüentemente violenta. Extremo facciosismo pode se manifestar por meio do estabelecimento de governos rivais e pelas guerras civis. Na pior das hipóteses, então, o achado é tautológico: é mais provável que haja uma guerra civil onde há guerra civil”.

<sup>105</sup> Vreeland, 2008.

<sup>106</sup> Vreeland, 2008, p. 402.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Ao replicar os modelos estatísticos de Hegre e seus colegas<sup>107</sup> e Fearon & Laitin<sup>108</sup> com uma versão modificada do *Polity* – na qual foram retirados do índice os componentes ‘contaminados’ pela inclusão de referências às guerras civis – Vreeland<sup>109</sup> não encontra a tal relação em “U invertido” descrita pelos outros pesquisadores. Com efeito, Strand<sup>110</sup> já havia proposto a mesma hipótese, mas justificou-a de um modo ligeiramente diferente. Em um primeiro momento, o autor utilizou o *Polity* em sua formulação original<sup>111</sup>, mas adicionou uma variável *dummy* que marca os casos codificados com menção ao ‘faccionalismo’. Seus resultados<sup>112</sup> são praticamente iguais aos de Vreeland:

“A variável *dummy* [faccionalismo] é forte e significativa, indicando que políticas faccionais são de fato mais propensas à guerra do que as outras. A única diferença significativa entre os modelos é que o indicador quadrático de democracia é agora mais fraco e deixou de ser estatisticamente significativo, o que quer dizer que a relação em ‘U invertido’ não se sustenta”.

Strand testa ainda um novo modelo, onde as variáveis problemáticas do *Polity* foram substituídas por uma versão modificada da escala de participação de

---

<sup>107</sup> Hegre et al., 2001.

<sup>108</sup> Fearon & Laitin, 2003.

<sup>109</sup> Vreeland, 2008, p. 409-412.

<sup>110</sup> Strand, 2006, p. 186.

<sup>111</sup> O modelo original de Hegre et al (2001) lança mão do *Polity III*, enquanto os trabalhos mais recentes já fazem uso da quarta versão do índice. Strand (2006, p. 186-188), contudo, testa o mesmo modelo usando ambas as versões do índice, e em nenhum dos casos foi possível encontrar a relação em ‘U invertido’.

<sup>112</sup> Strand, 2006, p. 185.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Vanhanen<sup>113</sup>, que também não comprova a existência do ‘U invertido’. A mudança de regime continua robusta em sua análise, mas não o nível de democracia. Ao que tudo indica, a controvérsia a respeito da importância do regime político para explicar as guerras civis ainda não está terminada.

## Conclusão

O campo de estudo das guerras civis está, com efeito, passando por uma crescente diversificação temática e por um contínuo refinamento de suas técnicas de mensuração empírica<sup>114</sup> (Blattman & Miguel, 2010). Como atesta Bethany Lacina<sup>115</sup>, as guerras civis migraram, talvez definitivamente, “do plano secundário para o palco principal” de nossa disciplina. Até o presente momento, embora muitas variáveis e modelos tenham tentado prever quais variáveis mais importantes para o início de um conflito civil, apenas uma grande população, baixo PIB *per capita*, baixo crescimento econômico, dependência de recursos naturais e instabilidade política possuem grande aceitação na academia<sup>116</sup>. As demais ainda são, em grande medida, controversas. De certo modo, tais questionamentos refletem as dificuldades de um “programa de pesquisa embrionário”<sup>117</sup>, onde até agora não emergiu um paradigma conceitual que sirva como uma importante referência para estudos presentes e futuros. A ausência de um consenso acerca de quais variáveis são as mais importantes para determinar

---

<sup>113</sup> Vanhanen, 2000.

<sup>114</sup> Blattman & Miguel, 2010.

<sup>115</sup> Lacina, 2004.

<sup>116</sup> Dixon (2009, p. 720) afirma que também a relação em “U invertido” entre regime político e início de guerras civis, os anos de paz possuem alto grau de consenso na literatura. Embora ele provavelmente esteja correto sobre a última variável, não compartilho com sua posição perante a primeira. As críticas à mensuração dos regimes formuladas por Strand (2007) e Vreeland (2008), que são também mencionadas neste trabalho são, a meu ver, bastante convincentes.

<sup>117</sup> Dixon, 2009, p. 731.



Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

o surgimento de uma guerra civil mostra que ainda há muito por se fazer. A teoria das guerras civis, por assim dizer, ainda não encontrou seu Clausewitz; mas não podemos desistir de procurá-lo.

## Referencias bibliográficas

AMORETTI, Ugo M.; BERMEO, Nancy Gina. **Federalism and Territorial Cleavages**. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2004.

BLATTMAN, Christopher; MIGUEL, Edward. "Civil War". In: *Journal of Economic Literature*, vol. 48, nº 1, p. 3-57, 2010.

BRIDGEMAN, Benjamin. "What Does the Atlas Narodov Mira Measure?" In: **Economics Bulletin**, vol. 10, nº 6, p. 1-8, 2008. Disponível em: <http://economicsbulletin.vanderbilt.edu/2008/volume10/EB-08J10005A.pdf> Acesso em 12/01/2011.

BROWN, Graham; LANGER, Arnim. **Dealing with Time in the Quantitative Study of Conflict**. CRISE Working Paper 66, Março de 2009. Disponível em:

<http://www.crise.ox.ac.uk/pubs/workingpaper66.pdf>. Acesso em 20/04/2011.

BRÜCKNER, Matthias. "Population Size and Civil Conflict Risk: Is There a Casual Link?" In: **The Economic Journal**, vol. 120, nº 544, pp. 535-550, Maio de 2010.

BUHAUG, Halvard. "Dude, Where Is My Conflict?" LSG, Relative Strength, and the Location of Civil War. Paper apresentado no 48º Encontro Anual da International Studies Association, Chicago, Estados Unidos da América, 28 de Fevereiro a 3 de Março de 2007. Disponível em:

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

[http://www.prio.no/files/file49363\\_isapaper07\\_buhaug.pdf](http://www.prio.no/files/file49363_isapaper07_buhaug.pdf) Acesso em 24/01/2011.

BUHAUG, Halvard; LUJALA, Päivi. "Accounting for Scale: Measuring **Geography**" in **Quantitative Studies of Civil War**. In: **Political Geography**, vol. 24, nº 4, pp. 399-418, 2005.

CAREY, Sabine C. "Rebellion in Africa: Disaggregating the Effect of Political Regimes". In: **Journal of Peace Research**, vol. 44, nº1, pp. 47-64, 2007.

CEDERMAN, Lars-Erik; HUG, Simon; KREBS, Lutz F. "Democratization and Civil War: Empirical Evidence". In: **Journal of Peace Research**, vol.47, nº 4, pp. 377-394, 2010.

COLLIER, Paul. **Wars, Guns, and Votes: Democracy in Dangerous Places**. New York, Harper Perennial, 2009.

COLLIER, Paul; ELLIOTT V. L.; HEGRE, Håvard; HOEFFLER, Anke; REYNAL-QUEROL, Marta; SAMBANIS, Nicholas. **Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy**. Washington, World Bank/Oxford University Press, 2003.

COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anke. "On the Economic Causes of Civil War". In: **Oxford Economic Papers**, vol. 50, nº 4, pp. 536-573, 1998.

\_\_\_\_\_. "Justice-Seeking and Loot-Seeking in **Civil War**". In: World Bank Development Research Group Papers, 1999. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.18.1423&rep=rep1&type=pdf> Acesso em 30/08/2010.

\_\_\_\_\_. "On the Incidence of Civil War in Africa". In: **Journal of Conflict Resolution**, vol. 46, nº 1, pp. 13-28, 2002.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

\_\_\_\_\_. “Greed and Grievance in Civil War”. In: **Oxford Economic Papers**, vol. 56, nº 4, p. 563-595, 2004.

DIXON, Jeffrey. “What Causes Civil Wars? Integrating Quantitative Research Findings”. In: **International Studies Review**, vol. 11, nº 4, pp. 707-735, 2009.

ELAZAR, Daniel. **Exploring Federalism**. Tuscaloosa, University of Alabama Press, 1987.

ELBADAWI, Ibrahim; SAMBANIS, Nicholas. “Why Are There So Many Civil Wars in Africa? Understanding and Preventing Violent Conflict”. In: **Journal of African Economies**, vol. 9, nº 3, pp. 244-269, 2000.

ELLINGSEN, Tanja; GLEDITSCH, Nils Petter. “Democracy and Armed Conflict in the Third World”. In: SMITH, Dan; VOLDEN, Ketil (org). **Causes of Conflict in the Third World**. Oslo: PRIO & North/South Coalition, pp. 69–81, 1997.

FEARON, James. **Governance and Civil War Onset**. In: **World Development Report 2011 Background Paper**. 2010. Disponível em: [http://wdr2011.worldbank.org/sites/default/files/pdfs/WDR%20Background%20Paper\\_Fearon\\_0.pdf](http://wdr2011.worldbank.org/sites/default/files/pdfs/WDR%20Background%20Paper_Fearon_0.pdf) Acesso em 20/02/2011.

\_\_\_\_\_. “Primary Commodity Exports and Civil War”. In: **Journal of Conflict Resolution**, vol. 49, nº 4, p. 483-507, 2005b.

FEARON, James; LAITIN, David. **Ethnicity, Insurgency and Civil War**. In: “American Political Science Review,” vol. 97, nº 1, pp. 75-90, 2003.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World**. 2010. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=15> Acesso em 14/05/2011.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

GATES, Scott. **Empirically Assessing the Causes of War**. Paper apresentado no 43º Encontro Anual da International Studies Association, Nova Orleans, Estados Unidos da América, 24 a 27 de Março de 2002. Disponível em:

[http://www.colorado.edu/geography/class\\_homepages/geog\\_2002\\_s06/laptop\\_s06/current%20projects/Cox\\_Low%20Robinson%20Book%20chapter/Cox\\_Low%20Book%20chapter/Gates%20-%20Empirically%20Assessing.doc](http://www.colorado.edu/geography/class_homepages/geog_2002_s06/laptop_s06/current%20projects/Cox_Low%20Robinson%20Book%20chapter/Cox_Low%20Book%20chapter/Gates%20-%20Empirically%20Assessing.doc). Acesso em 29/12/2010.

GATES, Scott; HEGRE, Håvard; JONES, Mark P.; STRAND, Håvard. **Institutional Inconsistency and Political Instability: Polity Duration, 1800-2000**. In: "American Journal of Political Science", vol. 50, nº 4, pp. 893-908, Outubro de 2006.

GLEDITSCH, Nils Petter; HEGRE, Håvard; STRAND, Håvard. "Democracy and Civil Wars". In: MIDLARSKI, Manus I. *Handbook of War Studies III: The Intrastate Dimension*. Ann Arbor, University of Michigan Press, pp. 155-192, 2009.

GURR, Ted. "Ethnic Warfare on the Wane". In: **Foreign Affairs**, vol. 79, nº 3, pp. 52-65, 2000.

HEGRE, Håvard; ELLINGSEN, Tanja; GATES, Scott; GLEDITSCH, Nils Petter. "Towards a Democratic Civil Peace? Democracy, Political Change and Civil War, 1816-1992". In: **American Political Science Review**, vol. 95, nº 1, pp. 33-48, 2001.

HEGRE, Håvard; RALEIGH, Clionadh. **Population Size, Concentration and Civil War: A Geographically Disaggregated Analysis**. Paper apresentado no Meeting in the Environmental Factors in Civil War Working Group, Oslo, 21 de Setembro de 2006. Disponível em:

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

[www.revistaintellector.cenagri.org.br](http://www.revistaintellector.cenagri.org.br)

<http://www.prio.no/upload/616/populationsizewarwg3meeting.pdf> Acesso 01/01/2011.

HEGRE, Håvard; SAMBANIS, Nicholas. "Sensitivity Analysis of Empirical Results on Civil War Onset". In: **Journal of Conflict Resolution**, vol. 50, nº 4, pp. 508-535, 2006.

HEINSOHN, Gunnar. **Söhne und Weltmacht: Terror im Aufstieg und Fall der Nationen**. Berlim: PDF4eBook Verlag, 2006 [2003]. Disponível em:

<http://www.pdf4ebookverlag.de/LinkedDocuments/Heinsohn%20S%F6hne%20und%20Weltmacht%20kommentierbar.pdf> Acesso 02/01/2011.

\_\_\_\_\_. **Islamism and War: The Demographics of Rage**. **Open Democracy**, 16 de Julho de 2007. Disponível em:

[http://www.opendemocracy.net/conflicts/democracy\\_terror/islamism\\_war\\_demographics\\_rage](http://www.opendemocracy.net/conflicts/democracy_terror/islamism_war_demographics_rage) Acesso em 02/01/2011.

HOLTERMANN, Helge. **Poverty and Civil War: An Assessment of Four Prominent Explanations of the Per Capita Income-Civil War Relationship**. Dissertação de Mestrado. Oslo, Universitet i Oslo, 2007.

HOMER-DIXON, Thomas F.; & BLITT, Jessica (org.). **Ecoviolence: Links Among Environment, Population and Security**. Lanham, Rowman & Littlefield, 1998.

HOROWITZ, Donald L. **Ethnic Groups in Conflict**. Berkeley, University of California Press, 1985.

\_\_\_\_\_. "Democracy in Divided Societies". In: **Journal of Democracy**, vol. 4, nº 4, pp. 18-38, 1993.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

HUMPHREYS, Macartan. "Natural Resources, Conflict, and Conflict Resolution: Uncovering the Mechanisms". In: **Journal of Conflict Resolution**, vol. 49, nº 4, pp. 508-537, 2005.

HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York. Simon and Schuster, 1997.

KALYVAS, Stathis. "New" and "Old" Wars: A Valid Distinction? In: "World Politics", vol. 54, nº1, pp. 99-118, 2001.

\_\_\_\_\_. **The Logic of Violence in Civil Wars**. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. "Civil Wars". In: BOIX, Carles; STOKES, Susan (ed.). **Handbook of Political Science**. New York, Oxford University Press, pp. 416-434, 2007.

\_\_\_\_\_. "Ethnic Defection in Civil War". In: **Comparative Political Studies**, vol. 41, nº 8, pp. 1043-1068, 2008.

KARL, Terry Lynn. **The Paradox of Plenty**. Berkeley, University of California Press, 1997.

KLEM, Bart. **A Commentary on the World Bank Report "Breaking the Conflict Trap"**. Working Paper 25, Haia, Netherlands Institute of International Relations, 2004. Em:

[http://www.clingendael.nl/publications/2004/20040100\\_cru\\_working\\_paper\\_25.pdf](http://www.clingendael.nl/publications/2004/20040100_cru_working_paper_25.pdf) Acesso em 19/04/2011.

LAITIN, David; POSNER, Daniel. **The Implications of Constructivism for Constructing Ethnic Fractionalization Indexes**. In: Newsletter of the American Political Science Association Organized Section in Comparative Politics, vol. 12, nº 1, pp. 13-17, 2001.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

LACINA, Bethany. "From Side Show to Centre Stage: Civil Conflict after the Cold War". In: **Security Dialog**, vol. 35, nº 2, pp. 191-205, 2004.

LE BILLON, Philippe. "The Political Ecology of War: Natural Resources and Armed Conflicts". In: **Political Geography**, vol. 20, nº 5, pp. 561-584, 2001.

LIJPHART, Arend. **Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration**. New Haven, Yale University Press, 1977.

MACK, Andrew. "Civil War: Academic Research and the Policy Community". In: **Journal of Peace Research**, vol. 39, nº 5, p. 515-525, 2002.

MARSHALL, M. G.; JAGGERS, K. **Polity IV Project: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2002: Dataset Users' Manual**. Maryland, University of Maryland, 2002.

ØSTBY, Gudrun. "Inequalities, the Political Environment and Civil Conflict: Evidence from 55 Developing Countries". STEWARD, F. (org.). **Horizontal Inequalities and Conflict: Understanding Group Violence in Multiethnic Societies**. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2008.

POSNER, Daniel. "Measuring Ethnic Fractionalization in Africa". In: **American Journal of Political Science**, vol. 48, nº 4, pp. 849-863, 2004.

RAKNERUD, Arvid; HEGRE, Håvard. "The Hazard of War: Reassessing the Evidence for the Democratic Peace". In: **Journal of Peace Research**, vol. 34, nº 4, p. 385-404, 1997.

ROSS, Michael. **What Do We Know about Natural Resources and Civil War?** In: "Journal of Peace Research", vol. 41, nº 3, pp. 337-356, 2004.

\_\_\_\_\_. "A Closer Look at Oil, Diamonds and Civil War". In: **Annual Review of Political Science**, vol. 9, pp. 265-300, 2006.



Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

REISMAN, W. Michael. "International Law after the Cold War". In: **The American Journal of International Law**, vol. 84, nº 4, pp. 859-866, 1990.

SAMBANIS, Nicholas. "Do Ethnic and Nonethnic Civil Wars Have the Same Causes?: A Theoretical and Empirical Inquiry (Part 1)". In: **Journal of Conflict Resolution**, vol. 45, nº 3, pp. 259-282, 2002.

SAIDEMAN, Stephen; LANOUE, David J.; CAMPENNI, Michael; STANTON, Samuel. "Democratization, Political Institutions, and Ethnic Conflict – A Pooled Time-Series Analysis, 1985-1998". In: **Comparative Political Studies**, vol. 35, nº 1, pp. 103-129, 2002.

SØRLI, Mirjam E.; GLEDITSCH, Nils Petter; STRAND, Håvard. "Why Is There So Much Conflict in the Middle East?" In: **Journal of Conflict Resolution**, vol. 49, nº 1, pp. 141-165, 2005.

STEPAN, Alfred. "Federalism and Democracy: Beyond the U.S. Model". In: **Journal of Democracy**, vol. 10, nº 4, pp. 19-34, 1999.

STRAND, Håvard. **Reassessing the Civil Democratic Peace**. Tese de Doutorado. Oslo: Universitet i Oslo, 2006. Disponível em: [http://www.prio.no/files/manual-import/Strand\\_Thesis.pdf](http://www.prio.no/files/manual-import/Strand_Thesis.pdf) Acesso em 02/05/2011.

\_\_\_\_\_. **Retreating from a Civil Democratic Peace? Revisiting the Relationship Between Political Institutions and Civil War**. 2007. Disponível em: [http://www.prio.no/files/manual-import/strand\\_2007.pdf](http://www.prio.no/files/manual-import/strand_2007.pdf) Acesso em 05/08/2010.

THAYER, Bradley. "Considering Population and War: A Critical and Neglected Aspect of Conflict Studies". In: **Philosophical Transactions of the Royal Society**, vol. 364, nº 1532, pp. 3081-3092, 2009.

Ano IX	Volume IX	Nº 17	Julho/Dezembro 2012	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

TOSET, Hans Petter Wollebæk; GLEDITSCH, Nils Petter; HEGRE, Håvard. "Shared Rivers and Interstate Conflict". In: **Political Geography**, vol. 19, nº 8, pp. 971-996, 2000.

URDAL, Henrik. "The Devil in the Demographics: The Effect of Youth Bulges on Domestic Armed Conflict, 1950-2000". In: **World Bank Social Development Papers**, nº 14, Julho de 2004.

Disponível em:

[http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/07/28/000012009\\_20040728162225/Rendered/PDF/29740.pdf](http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/07/28/000012009_20040728162225/Rendered/PDF/29740.pdf) Acesso em 02/01/2011.

\_\_\_\_\_. "People vs. Malthus: Population Pressure, Environmental Degradation, and Armed Conflict Revisited". In: **Journal of Peace Research**, vol. 42, nº 4, pp. 417-434, 2005.

URDAL, Henrik; HOELSCHER, Kristian. "Urban Youth Bulges and Social Disorder: An Empirical Study of Asian and Sub-Saharan African Cities". In: **World Bank Policy Research Working Paper**, nº 5110, 03 de Novembro de 2009. Disponível em: <http://go.worldbank.org/H1X5S61W40> Acesso em 02/01/2011.

VANHANEN, Tatu. "A New Dataset for Measuring Democracy, 1810-1998". In: "Journal of Peace Research", vol. 37, nº 2, pp. 251-265, Março de 2000.

VREELAND, James Raymond. "The Effect of Political Regime On Civil War: Unpacking Anocracy". In: **Journal of Conflict Resolution**, vol. 52, nº 3, pp. 401-425, 2008.

ZIMERMAN, Artur. **Peguem a Foice e Vamos à Luta: Determinantes Agrários da Guerra Civil**. São Paulo, Humanitas, 2008.